

# Editorial

---



O presente Dossiê Temático **“Currículo, Culturas, Conhecimentos Africanos e de seus Afrodiaspóricos no ensino na Educação Básica”**, é resultado de atividades de pesquisa realizada pelo Professor Doutor Carlos Luis Pereira, no Estágio de Pós-Doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB) no Ceunes- UFES, com a supervisão inicial da Professora Doutora Marcia Regina Santana Pereira e finalizado com supervisão da Professora Doutora Gilmene Bianco.

Neste Dossiê Temático teve a intenção de mostrar e explorar potencialidade didático-pedagógico de tendências atuais de pesquisas com foco nas contribuições dos conhecimentos científicos e culturais de ancestralidade e historicidade da África e sua diáspora para educação brasileira, fomentadas a partir da promulgação do avançado marco jurídico e educacional da Lei decolonial e antirracista nº10.639/03, que completou-se 20 anos em 2023, trazendo mudanças significativas no contexto escolar em todas etapas da Educação Básica.

O conteúdo da Lei em questão, estabelece obrigatoriedade de inclusão nos currículos escolares, em todas disciplinas da Educação Básica, nas escolas brasileiras da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, visando o rompimento com a herança colonial da educação, currículo e ensino de hegemonia eurocêntrica, brancocêntrica e monocultural, produzido pelos pensadores europeus e estadunidenses, estes historicamente representam a ciência e os conhecimentos científicos presente na escola transcritos em documentos educacionais, cursos de formação de professores, livros didáticos e na mediação pedagógica em todos componentes curriculares em todos níveis da educação brasileira, com implicações na prática educativa no chão da sala de aula na Educação Básica.

Neste importante Dossiê Temático os autores em suas pesquisas propuseram enegrecer o currículo, este documento cultural, social, político, pedagógico, ideológico racial de gênero que representa aqueles que o produziram e exclui propositalmente as vozes dos sujeitos vindos da margem, invisibilizados, subalternizados, como por exemplo de mulheres,



homossexuais, negros, indígenas, camponeses, ciganos, quilombolas e demais comunidades tradicionais. Trazendo como consequência a formação de alunos que carecem de conteúdos de ensino das unidades temáticas dos componentes curriculares estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), infelizmente corroborando para formação humana integral dos alunos no paradigma colonial, monocultural e racista.

Neste Dossiê Temático, desbravador de caminhos e de descolonização de saberes, composto de 17 capítulos, seus autores de diversas regiões e instituições do país, estão alinhados com prática pedagógica decolonial, antirracista e multicultural em suas áreas de conhecimento no ensino na Educação Básica, porque buscam assegurar aprendizagens essenciais em saberes D'África como primordiais em um Brasil com importante diversidade étnica, racial e cultural, presente no espaço escolar.

Nas pesquisas dos autores a Lei nº 10.639/03 ocupa centralidade, sendo apresentada em tessitura com inúmeros componentes curriculares das várias etapas da Educação Básica, eles reverberam explicitamente nossa herança ancestral africana e sua diáspora, pois falar das culturas de matriz africana no currículo praticado configura-se no fio condutor no processo de ensino e aprendizagem da educação contemporânea.

De forma assertiva, a riqueza das pesquisas apresentadas contra-hegemônica fornece subsídios teóricos, metodológico e didático-pedagógico visando romper com uma escola e seu branco/currículo, materializada em sala de aula na mediação pedagógica dos professores, comprometida com a transmissão da ciência masculina, branca, eurocêntrica e cristã sendo única e verdadeira e, mostram uma gama de pesquisas inovadoras sobre o objeto de conhecimento deste Dossiê Temático.

Um ponto de concordância nas pesquisas, foi na intencionalidade de provocar na escola reflexões acerca do que ela ensina aos alunos, e de forma transgressora mostra religião de matriz africana, conhecimentos matemáticos africanos, jogos, danças e suas culturas produzidas por intelectuais de matrizes africanas.



A desobediência epistêmica configura-se a essência dos textos apresentados, de explorar contribuições para ação educativa dos saberes e culturas da África presente dentro do Brasil, muitas das vezes ausentes na escola mesmo com a força jurídica e educacional da Lei nº 10.639/03. A formação integral do aluno deve compor de competências gerais dos alunos no processo formativo da Educação Básica de conhecimentos culturais de matriz africana.

Finalizamos o presente Dossiê Temático, com a certeza de fornecer contribuições para professores na formação inicial e aos que já exercem à docência nos dois níveis de educação sobre a temática trazida à luz, essa que mesmo depois de 20 anos da Lei nº 10.639/03, há um volume aquém de produções científicas no Brasil em todos componentes curriculares.

No primeiro momento, Poliana Bernabé Leonardeli, Anna Victória Gonçalves de castro e Carolina Lemos Meireles no artigo intitulado “ **literatura afro-brasileira e a afirmação da identidade cultural e étnica de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de Linhares-Es**”, discutem sobre contribuições entre a literatura na perspectiva africana na construção positiva da identidade cultural e étnica de alunos da etnia negra no processo de ensino e aprendizagem, corroborando assim para formação humana integral dos alunos.

Em sequência, Marinete Santana Wutke Welmer, no artigo “**Jogos Africanos na Educação Matemática: uma abordagem cultural e contextualizada com o mancala**”, a autora explora a potencialidade da metodologia da etnomatemática numa perspectiva africana através dos jogos de mancala, como recurso didático-pedagógico no processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos matemáticos do currículo prescrito pela BNCC, colaborando para formação decolonial dos alunos.

No terceiro texto “ **O ensino de Química e as questões étnico-raciais: conteúdos de ensino na perspectiva com a lei 10.639/03 no Ensino Médio**”, as autoras Carla da Silva Meireles e Eloara de Jesus Ferreira, tem o intuito de discutir o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos de



ensino das unidades temáticas do componente curricular de Química no Ensino Médio com propósito de descolonização de saberes a partir da lei 10.639/03.

O quarto texto dos autores Maíra Mascarenhas Torres Peixoto Cunha, Ana Carolina de Paula Lima, Ana beatriz Pavilhão Boscariol, Ana Carolina Ribeiro Ruzycki, Ursula Boreal Lopes Brevilheri e Fábio Lanza, “ **Práxis extensionista e afrofuturismo: relato de experiência do círculo de leitura na cada das artes em Londrina/PR**”, aborda a contribuição significativa das ações extensionistas em articulação com o afrofuturismo para promoção de uma roda de leitura em um espaço educativo não formal.

No quinto capítulo “**O ensino de matemática por meio da fabricação do beiju**”, de autoria de Joelson dos santos Silva, traz à luz a metodologia da Educação Matemática Crítica como possibilidade didático-pedagógica de ensinar matemática a partir do contexto sociocultural dos alunos.

Tawan Ricardo de Jesus Silva, Adrícia Santos da Silva, Gislene Pereira santos, Samara Almeida costa, Vitor Cardoso Lima e Carlos Luis Pereira, assinam o texto “**20 anos da lei 10.639/03 e pesquisas na Educação Física escolar na Bahia**”, é resultado da experiência didático-pedagógica vivenciada e construída no componente curricular Pesquisa e Intervenção IV, ministrada pelo professor PhD. Carlos Luis Pereira na Uneb, Campus X, o fruto desta experiência teve culminância com o mapeamento do volume de produções científicas produzidas no Estado da Bahia, desde a promulgação da Lei 10.639 em 2003 a 2023, a pesquisa revelou um quantitativo de pesquisas aquém do esperado na área de Educação Física e, pesquisas recentes na literatura nacional apontou resultados similares em outros componentes curriculares.

Marinete Santana Wutker Welmer e Carlos Luis Pereira no artigo “**Contribuições da História da matemática Africana no ensino de matemática na Educação Básica**”, os autores respaldados na História da matemática, apresentam subsídios teóricos e metodológicos para um ensino decolonial nas aulas de matemática no Ensino Fundamental, visando a formação integral antirracista dos alunos, além de favorecer aproximação dos alunos com conhecimentos matemáticos culturais de matrizes africanas.



No oitavo capítulo “ **Educação das relações Étnico- Raciais no cotidiano de uma escola municipal em Macapá/AP**”, de autoria de Betel Pereira de Castro, Eugenia a Luz Silva Foster e Elivaldo Serrão Custódio, discutem a importância para formação humana integral dos alunos ,vivenciar no espaço escolar práticas pedagógicas com propósito de educar os alunos para a convivência étnico-racial presente na sociedade e representada na escola.

Vania Gomes Bandeira e Jaqueline Pereira de Oliveira no texto “ **A política de promoção da igualdade racial do município de Senador Canedo em Goiás e a efetivação da Lei 10.639/03**”, a centralidade da pesquisa foi apontar a importância da efetivação da política pública educacional decolonial e antirracista denominada nº 10.639/03,tal avançado marco educacional e jurídico, tem exigido da escola, do currículo oficial e dos professores revistar suas práticas pedagógicas,vislumbrando uma educação multicultural em um país de importante diversidade étnica e racial.

No capítulo dez, das professoras-pesquisadoras Helânia Thomazine Porto e Lúcia de Fátima Oliveira de Jesus, intitulado, “**Biografias de mulheres afro-brasileiras e indígenas em práticas pedagógicas antirracistas**”, a proposta transgressora educacional configura-se em dar visibilidade para mulheres negras e indígenas no espaço da ciência, essa historicamente representada por homens brancos e europeus. Falar de mulher na ciência tem sido um caminho e desafio nos cursos de formação de professores e na Educação Básica, sendo maior ainda quando se trata de mulheres negras e indígenas.

José Áureo Soares de Jesus e Carlos Luis Pereira, assinaram o capítulo “ **Educação Matemática antirracista e decolonial nos anos iniciais do Ensino Fundamental: o jogo africano de mancala awelé**”, o foco da pesquisa foi apresentar subsídios teórico-metodológico acerca do ensino de matemática escolar na metodologia da etnomatemática na perspectiva decolonial e antirracista, visando à formação matemática dos alunos dos anos iniciais, com saberes matemáticos produzidos pela matrizes africanas e sua diáspora.



No texto **“Relações entre candomblé e ensino nos diferentes componentes curriculares da Educação Básica: uma análise de pesquisas científicas”**, de autoria de Felipe Dias Santana, Hellen dos Santos Silva e Zulma Elisabete de Freitas Madruga, teve como propósito trazer para dentro do espaço escolar, a questão das religiões de matrizes africanas, um tema ainda velado por uma escola que ainda segue sua herança da igreja cristã do período colonial. O texto é uma provocação epistemológica e ao mesmo tempo um convite obrigatório para reflexão dos atores educacionais em seus respectivos componentes curriculares, lembrando da nossa herança cultural e religiosa africana, cuja BNCC orienta o ensino das dez competências gerais, dentre elas a aquisição dos alunos das contribuições e dos conhecimentos culturais e das ciências da África.

Os autores do capítulo 13, Ciro Lins Silva, Giselly Resende Vieira, Jailson Maurício Pinto e Neiva Méria Rodrigues Passos, intitulado **“Intercâmbio cultural: usos e aplicações da Lei 10.639/03 e do Caderno da Gestão Escolar para Equidade na promoção de uma escola antirracista”**, analisam os usos e aplicações pedagógicas a partir da lei 10.639/03 em tessitura com o Caderno da Gestão Escolar, como ação promotora para o cumprimento do desafio do princípio da equidade no ensino na Educação Básica, buscando contemplar os pilares da educação contemporânea comprometida com a educação e formação dos alunos antirracistas.

Abel Calombo Quijila, escreve o décimo quarto capítulo, trazendo como temática **“O papel da lei 10.639/03 na formação da consciência histórica dos alunos da Educação Básica: o impacto da invisibilização do povo Mbundu de Angola nos livros didáticos do Ensino Fundamental”**, os autores tiveram o intuito de reafirmar o impacto do avançado marco legal da lei 10.639/03 para provocar políticas públicas educacionais de viés decolonial, bem como de provocar nas rotinas de aprendizagem em todos os componentes curriculares em Angola a reivindicação da emergência da representatividade positiva dos alunos negros do Ensino Fundamental nos livros didáticos escolares.



Wheber Mendes dos Santos escreve neste texto “ **Então, qual Brasil é esse que nos ensinam na escola: constituindo um outro Brasil a partir de escritores negros e indígenas no Ensino Médio**”, o texto aborda o importante descompasso entre as orientações e diretrizes dos atuais documentos educacionais legais para Educação Básica brasileira com a realidade do currículo praticado. Uma das possibilidades didático-pedagógicas apresentada através da perspectiva teórica de escritores da etnia negra e indígena como leitura e estudo na etapa final da Educação Básica.

No texto “ **Capoeira Escolar e a lei 10.639/03:saberes socioculturais africanos e afrodiáspóricos no ensino na Educação Básica**”, dos autores Carlos Luis Pereira, Lucas Souza Brites, Hiosney Gerônimo Farias da Silva, Ceciliano Souza Rocha, Sildemar Estevão Venâncio e Nely Regina Corrêa Venâncio, discutem a emergência da inclusão da capoeira escolar nas práticas corporais de movimento humano, como ponto de partida para o ensino além das técnicas dos golpes desta luta, jogo ou dança considerada para UNESCO, Patrimônio da Cultural Imaterial da Humanidade, que faz parte da resistência da nossa ancestralidade africana para manutenção de seus saberes corporais inscritos na historicidade cultural brasileira. Para os autores decoloniais e antirracistas, a capoeira tem imbricação com a Lei 10.639/03, fortalecendo a sua inclusão no currículo da Educação Física prescrito pela atual BNCC.

Para fechamento do dossiê, no último capítulo, Ronaldo Augusto de Souza Santos, Débora Pereira Araújo e Carlos Luis Pereira assinam o **ensaio “Cabelo e Empoderamento: uma proposta didático-pedagógica para descolonização das Ciências da Natureza no ensino na Educação Básica**”, os autores socializam uma experiência didático-pedagógica no componente curricular Cultura, Educação e Diversidade, ministrado pelo professor PhD. Carlos Luis Pereira no curso de Licenciatura em Química no Ceunes/Ufes, o tema gerador foi leitura e estudo da obra “Descolonizando saberes e a lei 10.639/03 e ensino de Ciências “das pensadoras negras Bárbara Pinheiro e Katemari Rosa. A intencionalidade pedagógica na mediação pedagógica foi dialogar a área de conhecimento de Ciências da Natureza (Biologia, Química e Física), com questões ainda veladas pela escola e pelos





professores sobre Cultura, Educação e Diversidade e seus atravessamentos em questões sobre cabelo, cor da pele, racismo estrutural e epistêmico, genética e suas relações com o genocídio de jovens negros no Brasil, a culminância da experiência didático-pedagógica:, foi em uma roda de conversa com discentes dos cursos de Química e Física do Ceunes/Ufes e uma professora participante.

Prof. Dr. Carlos Luis Pereira (UNEB - CAMPUS X)

Profa. Dra. Marcia Regina Santana Pereira (UFES)

Profa. Dra. Gilmene Bianco (UFES)

